

AS PRIMEIRAS OCORRÊNCIAS DO EMPREGO DO *NÃO* COMO PREFIXO

Lucas S. Campos - UFBA/UESB

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado *A Trajetória de gramaticalização dos prefixos na história da língua portuguesa*, estudo voltado para a área da *Linguística Histórica* e correlacionado com as linhas de *Investigação e constituição histórica da língua portuguesa*, está sendo desenvolvido junto ao PROHPOR – Programa para a História do Português, como também na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. O projeto global visa a (i) observar historicamente os elementos hoje cristalizados como prefixos e (se possível) determinar o momento em que representavam um item lexical independente e (ii) descrever a trajetória de gramaticalização dos mesmos.

Uma das etapas do projeto intitula-se *A negação prefixal na história da língua portuguesa*, a qual teve, como ponto de partida, a observação direta do constante emprego do *não*, antes de substantivos, adjetivos e participípios empregados como adjetivos.

Por tratar-se de uma questão que diz respeito ao uso da língua, tomou-se por base o funcionalismo, tendo-se em vista que a análise funcionalista examina a competência comunicativa, considerando as estruturas das expressões lingüísticas como em um quadro de funções, no qual cada função é vista como um diferente modo de significação na frase; paralelamente à noção de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se, no funcionalismo, um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem.

De acordo com Neves () a gramática funcional se constitui uma teoria da organização gramatical das línguas naturais e procura se integrar em uma teoria global da interação social, entendendo que a gramática apresenta-se acessível às pressões do uso. É nesse contexto que se inserem os estudos sobre gramaticalização.

A gramaticalização é um tipo especial de mudança lingüística situada no *continuum* que se estabelece entre unidades independentes e unidades dependentes, tais como clíticos, partículas auxiliares, construções aglutinativas e flexões.

Castilho (1997), a define como:

o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (=recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como conseqüência de uma cristalização extrema.

A gramaticalização é fruto da utilização da língua e da necessidade do falante no momento da interação verbal. Adverte-se que não se deve confundir gramaticalização com normatização.

Após estudar o emprego do *não* como prefixo no português contemporâneo e comprovar o processo de gramaticalização experimentado por esse item, busca-se, agora, através da pesquisa intitulada *A negação prefixal na história da língua portuguesa*, detectar a partir de quando o *não* passou a ser empregado anteposto a substantivos e/ou

adjetivos. Este trabalho apresenta as primeiras ocorrências do emprego do *não* anteposto a substantivos e/ou adjetivos detectadas no período arcaico da língua.

O CORPUS

Foram escolhidos para constituir o *corpus* da pesquisa documentos pertencentes ao período arcaico da língua portuguesa (séc. XIII à primeira metade do séc. XVI). Esses textos, de gêneros diversos: jurídico, ficcional, historiográfico, epistolar e pedagógico, permitiram detectar um maior número de palavras portadoras dos prefixos tradicionais de negação, uma vez que cada gênero utiliza um vocabulário específico.

SÉCULO	DOCUMENTO	TEXTO	LINHAS
XIII	Foro Real de Afonso X	Jurídico	(+ ou -) 3000
XIV	Lenda do Rei Rodrigo	Ficcional	1130
	Diálogos de São Gregório	Prosa literária	4925
XV	Crônica de D. Pedro	Historiográfico	3589
	Crônica de D. Pedro Menezes	Historiográfico	3140
XVI	Carta de Pero Vez de Caminha	Epistolar	920
	Diálogos de J. de Barros	Pedagógico	????

O Foro Real de Afonso X

O *Fuero Real* de Afonso X é um conjunto de leis que objetivavam alcançar a unidade jurídica do reino espanhol. A sua compilação teve início a mando do rei da Espanha, Afonso X, o Sábio, e segundo o professor Jerry Craddock, parece ter sido concluída em 25 de agosto de 1255, época em que a Espanha já tinha consolidada a unidade territorial e tornava-se necessário obter a unidade jurídica. Destinava-se a ser outorgado primeiramente a regiões que não tinham foros, e, em seguida, a substituir os foros locais, a fim de tornar-se geral a todo o reino.

São ignoradas as circunstâncias em que se realizou a tradução para o português: quem a ordenou, quando, onde e porquê. Parece ter sido feita logo após a elaboração da obra em castelhano, entretanto há divergências entre os autores, quanto à data do documento.

Josef Cornide, autor da transcrição da Primeira e Terceira Partidas de Afonso X, afirma que a tradução portuguesa do *Fuero Real* é do séc. XIV; já Alexandre Herculano salienta que o código em que se insere o *Foro Real* parece remontar ao séc. XIII. Carolina Michaelis de Vasconcelos chama a atenção para a semelhança entre a grafia do código e a do Cancioneiro da Ajuda. Professor Paulo Merêa conclui, enfim, que a data do documento pode ser fixada entre 1273 e 1282, com o que concordam o professor Luís Felipe Lindley Cintra, Alfredo Pimenta e, mais recentemente, o professor Braga da Cruz (*apud* Ferreira, 1987:13).

Da versão portuguesa do *Foro Real*, existe um manuscrito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: o código nº 4, do maço 6º, dos Forais Antigos. Para a elaboração deste trabalho, foi utilizada a edição crítica de José de Azevedo Ferreira, em dois volumes, Edição e Estudo Lingüístico, publicada em 1987, pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, de Lisboa.

De acordo com Ferreira, sabe-se, apenas, através de Josef Cornide, que em 1799 o manuscrito que deu origem à referida edição encontrava-se na Torre do Tombo, para onde deve ter sido levado juntamente com a *Remessa de Santarém*, durante o reinado de D. José.

1.2.2 A Lenda do rei Rodrigo

Texto escrito originalmente em árabe, por Ahmed benMohámméd Arrazi, mouro cordovês, historiador da Espanha Muçulmana, provavelmente no séc. X e muito divulgado nos séculos seguintes, *A Lenda do rei Rodrigo* relata a história criada em torno do último rei godo. Faz parte da *Crônica do mouro Rasis*, inserida na *Crônica Geral de Espanha de 1344*. De acordo com Cintra (1964, p. 9): trata-se da mais antiga crônica medieval portuguesa, cujo texto integral alcançou os dias atuais.

Acredita-se que a lenda tenha sido traduzida para o português, em uma época anterior ao ano de 1315, por Mestre Mafamede, a mando de D. Dinis, e redigida por um dos trovadores do cancionero galego-protugês, Gil Peres.

Amplamente difundida pelas literaturas ocidentais europeias, a Lenda do Rei Rodrigo foi recriada por historiadores, dramaturgos, romancistas e poetas que ora lhe acrescentaram, ora lhe suprimiram detalhes e até trechos, o que lhe deu as mais variadas feições.

Adotou-se para este trabalho a edição crítica elaborada por Lindley Cintra, publicada pela Editora Verbo, em 1964.

Diálogos de São Gregório

A Crônica de dom Pedro

A prosa histórica, na Península Hispânica, inicia-se na primeira metade do séc. XIV, sob a direção de D. Pedro, conde de Barcelos e atinge o apogeu na primeira metade do séc. XV, com Fernão Lopes, com quem teve origem a *Crônica Oficial do Reino Português*, na primeira metade do séc. XV.

Fernão Lopes foi tabelião da família real, escrivão de D. João I, de D. Duarte de do Infante D. Fernando. Assumiu, em 1418, o posto de guarda-mor da Torre do Tombo, cargo que corresponde, hoje, ao de chefe do Arquivo do Estado.

Com o objetivo de historiar as atividades exercidas pelos reis, no ano de 1434, D. Duarte lhe atribuiu o encargo de “poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em Portugal foram Eppo meesso os grandes feytos e actos do muy venturoso e de grandes virtudes” Pimpão (1959, *apud* Barreto, 1999, p. 32). Desse modo, foi criado o cargo de cronista.

De acordo com Mattos e Silva (1989, p. 30), a obra de Fernão Lopes, concebida entre 1418 e 1452 é considerada *o maior marco da produção literária medieval portuguesa*, destacando-se tanto pelo seu valor histórico, quanto pelo literário.

Herdeiro da arte do romance de cavalaria, Lopes supera esse estilo nas suas narrações, carregadas de caráter polêmico e de sensibilidade, fatores que tornaram a sua obra uma importante fonte de estudo do dialeto literário quatrocentista de Lisboa. Por outro lado, enquanto os textos do século anterior buscam inserir Portugal no conjunto da história hispânica e universal, os de Lopes se destacam por se restringirem aos limites do país.

A tradição manuscrita da Crônica de D. Pedro, de Fernão Lopes é constituída de 43 códices, a maior parte desses, compostas no séc. XVI, outros 13 atribuídos ao séc. XVII

e apenas três manuscritos (Ta, Na e LB) atribuídos ao final do séc. XV ou início do séc. XVI.

Adotou-se, como consulta, para a elaboração deste trabalho, a edição crítica elaborada por Giuliano Macchi (1966).

1.2.4 A Crônica de D. Pedro Menezes

Primeira crônica escrita por Zurara, a Crônica de D. Pedro Menezes se constitui na continuação da *Crônica da tomada de Ceuta*, a qual narra os fatos ocorridos em Ceuta, no período da capitania de D. Pedro Menezes, compreendido entre 1415, ano da conquista portuguesa da cidade, e 1437, ano da morte do seu donatário.

O texto acha-se distribuído em dois livros, totalizando cento e vinte e dois capítulos, nos quais predomina a narração dos feitos guerreiros que marcaram o início da presença portuguesa no Norte da África. Adotou-se para este trabalho a edição crítica elaborada por Maria Teresa Brocardo, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian em conjunto com a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, no ano de 1997.

Como se pode depreender a partir das palavras do próprio cronista, essa obra representa a continuação da Crônica da Tomada de Ceuta, distinguindo-se-se daquela pelo seu caráter privado:

este vellume he primçipallmente ordenado a fim de se contarem os feitos e obras daqueste comde... E posto que ja fique escripto no outro livro omde fallamos de como primeiramente fora filhada... aynda que aquy neste vallume achem allgũas cousas desvairadas ou mymgoadas da cronica gerall, he por não ser desta callydade e a elle há-de ser primçipallmente emderemçada. (p. 10-11).

Escrita a mando de Afonso V, certamente com o objetivo de elevar os feitos portugueses na África, a redação dessa crônica teria sido iniciada por volta de 1458, como atesta o seguinte trecho Zurara:

‘quando elle esta estoria mamdou escrever, jaa heram passados açerca de vimte annos que rregnavá’, ou 1460 ‘ate oge, que sam passados coremta e çimco annos,’ [desde o começo da capitania de D. Pedro].

e concluída em 1463: ‘E foy acabado d’ajumtar em este vellume... XXIII dias de junho...quando andava o anno do naçimemto de Cristo ã mil CCCCLXIII.’

Brocardo adverte, porém, que parece haver contradição a respeito desta data, uma vez que, em outro ponto do texto, o autor afirma ter terminado a crônica no mesmo ano em que faleceu D. Duarte de Menezes, ou seja, 1464. ‘seu filho dom Duarte, que morreo... em este anno que este livro foy acabado’ e ainda quando o cronista afirma que decorreram quarenta e cinco anos entre o ‘desçerco’ de Ceuta e a ‘feitura deste livro’ (a crônica), tomando-se por base 1419 como a data do cerco.

Acredita-se que ocorreram eventuais modificações ou acréscimos posteriores a uma primeira redação, feitos por copistas, refundidores, anotadores, mas não se pode situar cronologicamente essas alterações em virtude de esses profissionais não terem o hábito de deixar marcas cronológicas nas suas intervenções; torna-se, também, difícil indicar com segurança que pontos do texto teriam sido alterados.

A unidade temática do texto é quase absoluta no Livro I que termina com o relato do cerco da cidade, em 1418 ou 1419. o que não ocorre no Livro II, que faz referências a outros assuntos, como casamentos de alguns nobres ou narração de fatos ocorridos em outros espaços; nos últimos capítulos são relatados os feitos de D. Duarte Menezes, a quem D. Pedro delegara o comando das ações guerreiras nos anos finais da sua capitania.

1.2.5 A Carta de Pero Vaz de Caminha

Não se sabe, ao certo, qual o cargo que Pero Vaz de Caminha desempenhava na expedição de Pedro Álvares Cabral. Com base em Castanheda (s.d), Cortesão (1997, p. 67) informa que Caminha viajava na nau Capitânia, exercendo, certamente, o cargo de escrivão da esquadra, e que a Carta escrita por Caminha representa o *auto do nascimento do Brasil*. Trata-se de um texto culto, documento de suma importância para os estudos históricos e lingüísticos, por ser localizado no tempo e no espaço, e por revelar a identidade do seu autor, elementos que lhe incorporam inestimável valor, principalmente tendo-se em vista o fato de ter sido redigida em um período de transição entre o português antigo e o moderno. A *carta de Caminha* foi escrita entre os dias 26 de abril e 01 de maio do ano de 1500, na ilha de Vera Cruz, hoje Brasil.

Como afirma Cortesão (1997, p. 28), *A Carta* se constitui uma verdadeira obra de arte literária pela equilibrada pureza do gosto, de sabor humanista, pela sua autoridade sobre o acontecimento histórico que narra e por representar um livro de classe ou de escola no Brasil e em Portugal, reforçando essa assertiva com as palavras de Antônio Baião: “A Carta de Caminha é de um escritor feito”.

Pero Vaz de Caminha era um cidadão do Porto, de boa educação, que contava mais ou menos cinquenta anos, quando foi nomeado para o cargo de Mestre da Balança da Casa da Moeda da sua cidade, na qual participou da redação dos capítulos reivindicatórios do Porto às Cortes portuguesas, em 1498. Filho de uma aristocracia urbana da Europa Medieval, era dotado de um caráter humano de extrema grandeza.

A edição consultada para a pesquisa foi a de Jaime Cortesão, lançada em Lisboa pela Portugália Editora, em 1967.

1.2.6 A obra pedagógica de João de Barros

2. RECOLHA E TRATAMENTO DOS DADOS

Inicialmente, percorreu-se o glossário da *crônica*, a fim de destacar os itens lexicais que apresentassem um dos prefixos tradicionais de negação: *a-*, *des-*, *in-*, como também detectar a presença ou ausência do *não* empregado como prefixo; em seguida, decidiu-se, para uma melhor noção contextual dos dados recolhidos, realizar a leitura integral da obra, composta de um prólogo e de 44 capítulos, totalizando 3589 linhas.

Em uma segunda etapa, foi realizada a consulta aos dicionários etimológicos e consultado também o *Dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999) – Novo Aurélio século XXI, com o objetivo de verificar a manutenção da forma e do seu sentido de origem no português contemporâneo, assim como a acepção específica do prefixo em cada forma.

Em seguida, os itens lexicais portadores de prefixo de negação foram classificados, levando-se em consideração:

- bases que receberam o prefixo ainda no latim e assim passaram para o português, subdivididas em:
 - a) bases que mantiveram o sentido original;
 - b) bases que mudaram de sentido ao longo da sua trajetória histórica;
- bases que receberam o prefixo já no português, subdivididas, de igual modo, em:
 - a) bases que mantiveram o sentido original;
 - b) bases que mudaram de sentido ao longo da sua trajetória histórica.

Essa estratégia, permitiu verificar e acompanhar, não só o desempenho dos prefixos de negação encontrados no *corpus*, como também a história de cada derivado por eles formados.

3. RESULTADOS

A investigação realizada nesse trabalho permite afirmar que, na Crônica de D. Pedro, documento do século XV, não são encontradas palavras com o prefixo de negação *a-*;

As palavras formadas pelos prefixos *des-*, *in-* apresentam-se distribuídas da seguinte maneira:

3.1 PALAVRAS COM O PREFIXO *DES-*

3.1.1 Quanto à época em que se formaram:

Quadro 1: Palavras formadas ainda no latim

que se mantêm com o mesmo sentido no português contemporâneo	<i>discórdia</i> < <i>descordia</i> , <i>destruir</i> .
que, provavelmente originária de bases distintas, mantém, no português contemporâneo, os dois significados correspondentes a essas bases	<i>descobrir</i> .

Quadro 2: Palavras formadas no português arcaico

que estão em desuso no português contemporâneo	<i>dessegurado.</i>
que se mantêm com o mesmo sentido, mas estão em relativo desuso no português contemporâneo	<i>desamar, desarrazoado, desaviando>desavindo, desavir>desavir.</i>
que se mantêm no português contemporâneo, com o sentido diferente do encontrado na CDP restrito à determinada área	<i>desenbargador, desembargar, desembargo.</i>
que se mantêm com o mesmo sentido no vocabulário ativo do português contemporâneo	<i>desacompanhado, desacordo, desaquecimento ~ desaveença >desavença, desbaratar, desculpar, desempachado, desamparado > desamparado, desamparar > desamparar, desencaminhar, desencarregar, desenfadamento > desenfado, desfalecer, desonesto, desordenado, desprazer, destemperado, desterrar, desvestir, desviar, injusto.</i>
que provenientes de bases distintas mantêm, no português contemporâneo, os dois significados correspondentes às bases	<i>desenvolver, desafiar.</i>
que se apresentam com o sentido ampliado no português contemporâneo	<i>desarmar, desfazer.</i>

3.1.2 Quanto ao sentido do prefixo:

Quadro 3: Prefixo *des-*

palavra em que o prefixo <i>des-</i> indica movimento de cima para baixo, proveniente da prep. e do préverbo latino <i>de-</i>	<i>desfalecer.</i>
palavras em que o prefixo possui a acepção de <i>privação/falta de</i> ou <i>afastamento de</i>	<i>desacompanhado, desacordo, desamar, desarrazoado, desaviando > desavindo, dessegurado, desamparado > desamparado, desamparar > desamparar, desonesto, desordenado, destemperado, desterrar.</i>
palavras em que o prefixo possui a acepção de <i>ação contrária</i>	<i>desarmar, desaquecimento ~ desaveença >desavença, desavir>desavir, descobrir, desculpar, desembargador, desembargar, desembargo, desempachado, desencaminhar, desencarregar, desenfadamento > desenfado, desenvolver, desfazer, desvestir, desviar.</i>
palavras provenientes do latim, nas quais o prefixo já perdeu o sentido, tendo atingido o grau <i>zero</i> na trajetória de gramaticalização	<i>desafiar, discórdia < discordia, desbaratar, destruir.</i>
palavra na qual é difícil estabelecer o	<i>desprazer.</i>

sentido do prefixo <i>des-</i> , uma vez que, é possível admitir sentidos de <i>privação/falta de e/ou ação contrária</i>	
---	--

3.2 PALAVRAS COM O PREFIXO IN-

3.2.1 Quanto à época em que se formaram:

Quadro 4: Palavras formadas ainda no latim

que se mantêm com o mesmo sentido no vocabulário ativo do português contemporâneo	<i>inimigo, injusto.</i>
---	--------------------------

3.2.2 Quanto ao sentido do prefixo:

Quadro 5: Prefixo *in-*

palavras em que o prefixo indica <i>privação/falta de</i>	<i>inimigo, injusto.</i>
---	--------------------------

3.3 EMPREGO DO NÃO COMO PREFIXO:

Quadro 6: não em função prefixal

construção em que o <i>não</i> possui o sentido de <i>privação/falta de</i>	<i>non animado > não animado.</i>
---	--------------------------------------

4 NÃO EM FUNÇÃO PREFIXAL

Encontra-se na Crônica de D. Pedro a construção *non animado*: “...e quem taes, leis comprir, sempre bem achará ca as leis som rregra d’o que os sogeitos am de fazer, e som chamadas principe NOM ANIMADO: e o rrei he principe animado, porque ellas representam com vozes mortas o que o rrei diz per sua voz viva.” (CDP - P.38).

Em pesquisa recente, Campos (2001) admite-se ter o *não* iniciado a sua trajetória de gramaticalização como advérbio, em orações subordinadas adjetivas desenvolvidas:

(1) *veículo era dirigido por pessoa QUE NÃO ERA HABILITADA*

O passo inicial (e talvez decisivo) do processo ocorre quando o *não* passa a ser empregado em orações subordinadas reduzidas de participípio:

(2) O veículo era dirigido por pessoa NÃO-HABILITADA (1/404)¹

¹ A numeração que aparece entre parênteses, ao lado dos exemplos, significa a codificação das ocorrências recolhidas no corpus da pesquisa referida.

Nesse estágio crucial, os limites entre a forma livre do advérbio e a forma presa do prefixo, ambos representados pelo item lexical *não* se enfraquecem, criando uma área de interseção entre as duas categorias propostas. O passo seguinte é a extensão do uso do *não* – agora efetivamente como uma partícula anteposta, ou um prefixóide, com os adjetivos:

(2) NÃO SATISFEITOS, alguns fiscais investiram contra os estudantes. (1/151)

Junto a um adjetivo, o *não* ainda poderia ser analisado como um advérbio, já que a essa categoria gramatical se atribui também a função de modificar o sentido de um adjetivo. Embora a gramática tradicional estabeleça que o advérbio *é a palavra que modifica o verbo, o adjetivo ou o próprio advérbio*, em se tratando do advérbio de negação, a incidência é sempre sobre o verbo da oração. Assim, nesse caso, o *não* já pode ser interpretado como prefixo negativo. Finalmente, ocorre a extensão do uso do *não* com os substantivos:

(4) A NÃO-OCORRÊNCIA de acidentes pode ser creditada à sorte. (1/22)

o que faz com que não se sustente mais a análise tradicional do *não* como advérbio, já que, normalmente, o escopo de atuação dessa categoria não inclui os substantivos. Caracteriza-se, assim, a gramaticalização do *não* como prefixo. E o emprego do hífen nada mais é do que a chancela que a escrita aporta à mudança em curso.

Teria esse processo se iniciado no séc. XV?

Tendo em vista que este estudo se baseia em um *corpus* reduzido, pode-se também admitir não só que as formações construídas com os prefixos tradicionais de negação *des-* e *in-* apresentassem, no português arcaico, outros sentidos, como também que o início do processo de gramaticalização do *não* como prefixo tenha ocorrido até mesmo em um século mais recuado, o que só poderá ser comprovado, após a análise de outros documentos do período arcaico do português.

Pretende-se ampliar a pesquisa que deu origem a esse trabalho, à medida que se vá avançando na exploração de outros *corpora* e de outros estudos que possam contribuir para o acompanhamento da evolução dos tradicionais prefixos de negação (*a-*, *des-* e *in-*) na sua trajetória através dos séculos e do processo de gramaticalização do *não* como prefixo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador – Bahia: ILUFBA, 1999/4v. Tese (Doutorado em letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

BRAGA, M. L. *Aí e então: elementos de conectividade inter-oracional em mudança?* Relatório apresentado ao CNPq., 2000.

CAMPOS, L. S.. *A gramaticalização do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo*. Salvador – Bahia: ILUFBA, 2001/2v. (Dissertação de mestrado em letras). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

CUNHA, A. G.. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994

ERNOUT, A.; MEILLET, A.. *Dictionnaire etymologique de la langue latine – histoire des mots*. 13 ed. Paris: Klincksieck, 1951.

- FARIA, E.. *Dicionário escolar latino-português*. 3. ed. Ernesto Faria (org.). Rio de Janeiro: MEC/DNE/CNME, 1962.
- FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GAFFIOT, F..*Dictionnaire illustré latin français*. Paris: Hachette, 1934.
- LLEAL, C.. *A formação das línguas românicas peninsulares*. Barcelona: Barcanova, 1990.
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro*. Edição crítica com glossário de Giuliano Macchi. Roma: Ateneo, 1966.
- MACHADO, J.P.. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. (3 v.) Lisboa/São Paulo: Confluência/Horizonte, 1967.
- MARTINS, A. M.. Emergência e generalização do português escrito: de D Afonso Henriques a D. Dinis. In: *Caminhos do português*. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. p. 23-61.
- MATTOS E SILVA, R. V.. Novos indicadores para os limites do português arcaico. In: *XIX Jornada nacional de estudos lingüísticos*. 2002, Fortaleza.
- MATTOS E SILVA, R. V.. *O português arcaico: fonologia* São Paulo: Contexto, 1991.
- MATTOS E SILVA, R. V.. Para uma caracterização do período arcaico do português. São Paulo: *DELTA*, v. 10, n. especial, 1994.
- NUNES, J. J.. *Compêndio de Gramática histórica portuguesa* (fonética e morfologia) 5 ed. . Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1956.
- SAID ALI, M.. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5ª ed. melhorada e aumentada e Lexeologia e Formação de palavras e Sintaxe do Português Histórico. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- TAVANI, G.. *Ensaio portugueses: filologia e lingüística*. Lisboa: INCM, 1988.